

Sob o véu da invisibilidade: limites da justiça rawlsiana diante dos direitos LGBTQIAPN+

Leandro Rocha dos Santos

Doutorando na UFRRJ

<https://lattes.cnpq.br/4190002592634755>

psi.leandro.rocha@gmail.com

91

Este trabalho propõe uma análise crítica da teoria da justiça como equidade, formulada por John Rawls (1921–2002), interrogando sua suficiência normativa diante das exigências contemporâneas de reconhecimento identitário em sociedades moralmente plurais. Parte-se da hipótese de que esse modelo teórico, sustentado na imparcialidade contratual e na distribuição equitativa de bens primários, mostra-se limitado frente às múltiplas formas de exclusão simbólica que incidem sobre sujeitos LGBTQIAPN+. As reflexões aqui desenvolvidas retomam discussões elaboradas na dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFRRJ (Santos, 2018), na qual se investigam as tensões entre redistribuição e reconhecimento como dimensões da justiça social.

A abordagem metodológica é de natureza teórico-conceitual, articulando uma leitura crítica das principais obras do filósofo liberal — *Uma Teoria da Justiça* e *Justiça como Equidade: uma reformulação* — ao debate filosófico contemporâneo sobre justiça e reconhecimento, especialmente nas contribuições de Nancy Fraser (1947-) e Axel Honneth (1949-). Reexaminam-se os fundamentos contratualistas da teoria rawlsiana, com ênfase na posição original e no véu da ignorância como dispositivos procedimentais voltados à neutralidade moral. Argumenta-se, no entanto, que tais instrumentos, embora relevantes para assegurar igualdade formal, negligenciam dimensões culturais, relacionais e simbólicas das injustiças que acometem grupos historicamente marginalizados.

A análise evidencia que, a despeito de sua relevância para a consolidação das liberdades públicas e direitos civis, a concepção rawlsiana permanece insuficiente para enfrentar as violências estruturais não materiais — como a negação do reconhecimento público, a inferiorização de identidades dissidentes e os processos de apagamento

normativo. Tais lacunas teóricas fragilizam o alcance emancipatório da justiça como equidade diante de contextos marcados por diversidades éticas, religiosas, raciais e sexuais.

Conclui-se que uma teoria democrática da justiça deve transcender o paradigma distributivo liberal, incorporando o reconhecimento como dimensão constitutiva da equidade. Os aportes de Fraser e Honneth revelam-se indispensáveis à construção de um modelo mais abrangente de justiça social, apto a responder às demandas por redistribuição e, sobretudo, por visibilidade, pertencimento e dignidade. Tal reflexão adquire especial relevância no Brasil contemporâneo, atravessado por retrocessos normativos e recrudescimento das violências simbólicas contra corpos e subjetividades dissidentes.

Palavras-chave: Justiça distributiva. Liberalismo político. Direitos sexuais LGBTQIAPN+. Reconhecimento. Pluralismo.

Bibliografia

FRASER, N. From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a “postsocialist” age. *New Left Review*, n. 212, p. 68-93, jul.-aug. 1995.

_____. Reconhecimento sem ética? *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007.

RAWLS, J. *Uma Teoria da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2000a.

_____. *O Liberalismo Político*. São Paulo: Editora Ática, 2000b.

_____. *Justiça como Equidade: uma reformulação*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *História da Filosofia Moral*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *Conferências sobre a história da filosofia política*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

SANTOS, L. R. dos. *Violências contra a população LGBT: entre a distribuição e o reconhecimento*. 2018. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.